

III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo
V Jornada de Educação Especial no Campo
XIII Jornada do HISTEDBR
Educação no Campo: História, desafios e perspectivas atuais



Eixo Temático

Política Educacional

Título

**O PROJETO DE IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES
ESCOLARES URBANAS E RURAIS NO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA
PORÃ (1943–1946)**

Autor(es)

Marcelo Pereira Rocha*

Silvia Helena Andrade de Brito**

Instituição

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

E-mail

mp.rocha1983@bol.com.br

silvia.brito@ufms.br

Palavras-chave

Instituições Escolares; Ocupação Territorial; Território Federal de Ponta Porã.

Resumo

Cabe dizer que a educação brasileira não ocorreu uniformemente em todo o território nacional, apesar dos esforços do Governo Federal em estabelecer normatizações para unificá-la, o que permite considerar que particularidades emergiram nas fronteiras. Desta forma, objetiva-se evidenciar neste texto a política educacional forjada em meio ao processo de ocupação da região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai na Era Vargas, no período de existência do Território Federal de Ponta Porã (1943–1946). Também se objetiva apresentar as estratégias educacionais utilizadas para instruir a população da referida região, considerando que os habitantes do Estado de Mato Grosso viviam na zona rural e em núcleos ainda com pouca densidade populacional. As principais fontes primárias utilizadas foram: leis, regulamentos, mensagens presidenciais e relatórios produzidos no Território Federal de Ponta Porã. A partir delas, pode-se afirmar que os administradores chegaram a elaborar um projeto de implantação e expansão da educação no referido Território.

* Doutorando do Curso de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CCHS/Campo Grande/MS.

** Orientadora, Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CCHS/Campo Grande.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

Texto Completo

Considerações iniciais

O presente artigo apresentará as primeiras impressões sobre o projeto de implantação e expansão das instituições escolares na fronteira do Brasil com o Paraguai, em meio à intervenção do Governo Federal, na Era Vargas, isto é, durante a existência do Território Federal de Ponta Porã – TFPP (1943 a 1946). Apresentará, também, estratégias educacionais que foram planejadas, e parcialmente executadas, para atender os alunos da zona rural.

É relevante dizer que inicialmente salientará sobre alguns traços da educação no Brasil e no Mato Grosso no período imperial e republicano. Em um segundo momento, sucintamente, apontará que o cenário político e econômico apresenta outras características na Segunda República, não sendo diferente no caso da educação.

A educação no Brasil e em Mato Grosso no período imperial e na Primeira República

No período imperial brasileiro (1882 – 1889) o legado deixado na instrução brasileira resumia-se em um ensino primário que as crianças eram ensinadas em um sistema de aulas régias ou avulsas. O ensino secundário caracterizava-se pelo oferecimento de exame preparatório para o ensino superior.

Cabe dizer que um grupo emergente proveniente da crescente mineração brasileira constitui mercado interno favorecendo a procura pela escolarização em busca de ascensão social, pois até o referido período as escolas atendiam quase exclusivamente a classe oligárquico-rural (ROMANELLI, 1986, p. 37). Sendo assim o Governo Central certo de que não conseguiria atender toda a demanda por educação, transfere para as províncias, por meio de legislação, a responsabilidade de implantar estabelecimentos de ensino primário e secundário.

No que diz respeito ao cenário político, no final do século XIX, a monarquia não correspondia mais aos interesses da classe dominante, e por isso não contava mais com o apoio de grupos como intelectuais, militares, clero e latifundiários que, aliás, passaram a combatê-la. A fragilidade monárquica brasileira criou condições para a instabilidade política, favorecendo a instalação da República (CARONE, 1983, p. 5). Mas a substituição do regime monárquico pelo republicano pouco mudou o sistema de

sustentação da estrutura do poder político, no decorrer da Primeira República que se iniciou em 1889 e prolongou-se até 1930.

No que tange à economia, ainda nesse período, a industrialização era vista como a grande esperança para se superar a economia imperial brasileira, que se sustentava no sistema conhecido por *plantation*¹. Segundo Nagle foi nesse período que o sistema econômico de tipo colonial, baseado no sistema agrário-comercial começou a ser substituído por outro considerado mais autônomo, urbano-industrial (2001, p. 21). Xavier (1990, p. 59), por sua vez, afirma que devido a este processo de industrialização “verificou-se um crescimento acelerado da demanda social por escola”.

Sendo assim, o advento da República e o espírito de renovação motivaram as mudanças nas instituições do sistema monárquico, ou seja, os republicanos buscaram reformar o ensino primário e secundário com o objetivo de superar o que se entendia, ou passou a entender, por atraso educacional.

No entanto, como evidenciam Xavier, Ribeiro, Noronha (1994, p. 108), o ensino primário brasileiro, seguindo as orientações do Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827, permaneceria até 1920 um ensino de “primeiras letras”. Souza (2008) salienta, ainda, que a educação primária foi o centro das atenções para a modernização do país no século XX. O ensino secundário, por sua vez, não teve consideráveis mudanças em relação à instrução imperial (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, p. 106).

Tratando-se da educação primária e secundária na Constituição de 1891, afirma-se que ela sustentou a ideia do período Imperial, ou seja, que a educação dos referidos níveis seriam de responsabilidade dos Estados Federados, cabendo ao Governo Federal, no máximo, criar estabelecimento de instrução secundária, preferencialmente, nas capitais dos estados, devendo estes seguir as orientações do Ginásio modelo², o Colégio Pedro II, situado no Distrito Federal (CURY, 2001, p. 78).

¹ Entende-se por *plantation* um Sistema agrícola que se baseava na monocultura de exportação. Na plantação era utilizada a força de trabalho escrava em grandes propriedades de terra, chamadas de latifúndios.

² Segundo o Decreto de 2 de Dezembro de 1837 o Colégio Pedro II originou-se da conversão do Seminário São Joaquim, no Rio de Janeiro, fato ocorrido no mesmo dia e mês em que havia nascido o futuro Imperador do Brasil, Dom Pedro II. O Colégio Pedro II durante seu processo histórico teve várias denominações, entre elas, destacam-se: Liceu Pedro II, Liceu Geral, Liceu Provincial e Ginásio Nacional (BRASIL, 1837, p. 59).

É interessante lembrar que as principais reformas do ensino secundário da Primeira República (Benjamin Constant, 1890; Epitácio Pessoa, 1901; Rivadávia Corrêa, 1911; Carlos Maximiliano, 1915; e Rocha Vaz, 1925) se não conseguiram concretizar suas propostas, pelo menos provocaram discussões e questionamentos sobre a organização do ensino no Brasil (AMARAL, 2003, p. 126).

No entanto, até a década de 1930, como assinala Romanelli (1999, p. 131) não havia a organização de um sistema educacional nacional, ou seja, “O que existia eram os sistemas estaduais, sem articulação com o sistema central”. Na mesma direção Xavier (1990, p. 82 e 83) aponta que a estrutura do ensino existente não estava organizada sob a base de um sistema nacional.

Sendo assim a implantação de estabelecimento de instrução primária e secundária em Mato Grosso no período imperial foi abordada, respectivamente, na Lei Provincial de 1873³, na Lei Regulamentar de 1875⁴ e no Regulamento de 1880⁵ (SÁ & SIQUEIRA, 2000).

É oportuno lembrar que foi no período imperial que foi criado o Liceu Cuiabano, pelo Artigo 11 da Lei Provincial de 1837 (SÁ & SIQUEIRA, 2000), que deveria instruir os jovens pretendentes ao curso secundário. Mas até a implantação do referido liceu o Seminário Episcopal⁶, patrocinado pelo poder público, formou, exclusivamente, a juventude mato-grossense.

Ainda, no período imperial, no governo de Antônio Herculano de Sousa Bandeira, foi aprovado o último Regulamento Educacional em 7 de junho de 1889, que reorganizou o ensino primário da Província de Mato Grosso.

Cabe lembrar que foi no período imperial que aconteceu a Guerra do Paraguai (1864 – 1870) conflito internacional na qual estavam envolvidos Brasil, Argentina e

³ Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de 04 de julho de 1873 (Lei Provincial nº 15), na Presidência de José de Miranda da Silva Reis (1872 – 1874).

⁴ Lei Regulamentar do Ensino Público e Privado da Província de Mato Grosso (26 de maio de 1875), no governo do Presidente Antônio de Cerqueira Caldas (1874 – 1875).

⁵ Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Província de Mato Grosso de 04 de março de 1880, no governo de Rufino Enéas Gustavo Galvão (1879 – 1881).

⁶ Cabe destacar que em 1858, especificamente sobre a instrução secundária, que a primeira instituição a reunir disciplinas, de forma a atender o ensino secundário foi o Seminário Episcopal da Conceição mantido pela Igreja Católica por intermédio do Bispo Dom José Antonio dos Reis (MARCÍLIO, 1963). O regulamento de 1873, no Artigo 10, garantia subsídio ao Seminário Episcopal nas seguintes cadeiras (Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia e História) (LEI PROVINCIAL, 1873, p. 31).

Uruguai, compondo a Tríplice Aliança contra o Paraguai, assim como Mato Grosso sofreu com a Rebelião Cuiabana, também conhecida como Rusga.

Os referidos conflitos foram prejudiciais para Mato Grosso, desencadeando, por exemplo, grandes levas de evasão populacional e quedas na arrecadação de impostos (JACOMELI, 1998). Esta situação era desfavorável para o desenvolvimento da região, podendo-se afirmar que este período propiciou que, entre outros moradores, comerciantes migrassem para regiões menos conflituosas.

Já no período republicano, a instrução pública de Mato Grosso foi reorganizada pelos Decretos nº 10, de 7 de novembro de 1891; nº 68, de 20 de junho de 1896; nº 139, de 2 de janeiro de 1903; o nº 296, de 13 de janeiro de 1912 (MATO GROSSO, 1919). A Lei nº 533, de 4 de julho de 1910 e, por fim, o Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, tratavam mais do ensino primário do que do secundário.

A legislação de 1891, por exemplo, dividiu as escolas em três classes. A referida lei menciona, ainda, que o Liceu Cuiabano seria a instituição secundária modelo para as escolas particulares e/ou públicas do Estado de Mato Grosso.

Em 15 de agosto de 1895 assumiu a Presidência do Estado de Mato Grosso Antônio Corrêa da Costa (1895–1898), que propôs reformar radicalmente o ensino primário e secundário e “a 20 de junho de 1896, expede novo regulamento para a instrução pública do Estado, autorizado pela Lei n. 152, de 16 de abril desse ano, na forma do Decreto n. 68” (MARCÍLIO, 1963, p.118).

O governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa (1908 – 1911) autorizou a reorganização da Instrução Primária de Mato Grosso, por meio da Lei nº 533, de 4 de julho de 1910. Porém, foi o Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, expedido por meio do Decreto nº 265, de 22 de outubro de 1910 que estabeleceu novos critérios para o ensino primário (OLIVEIRA, 2006, p. 5.869).

O Regulamento de 1910 destaca a criação de grupos escolares que tinham como característica principal o fato de reunir em um só local várias escolas avulsas ou isoladas (OLIVEIRA; GONÇALVES, 2008, p. 175).

Assim, os grupos escolares eram considerados símbolo de progresso e prosperidade, e sua implantação representou para o estado a consolidação do movimento de modernização e urbanização da região. Com organização administrativa e pedagógica diferenciada,

representava para os governantes da época o ideal de escola em que se deveria formar o cidadão republicano (GONÇALVES, 2009, p. 64).

No governo de Mário Corrêa da Costa (1926 – 1930) foi elaborado o Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, estabelecida pelo Decreto nº 759 de 22 de abril de 1927. Este reconhece no seu artigo 2º, por exemplo, a responsabilidade do poder público para com o ensino secundário.

Mato Grosso, no período correspondente à Primeira República (1889–1930), desenvolvia atividades econômicas como: extração de erva-mate, da borracha e da pecuária. A extração da erva mate era monopolizada pela Empresa Mate Laranjeira que era autorizada pela Côrte, por meio do Decreto nº 8.799 de 9 de dezembro de 1882, a explorar os ervais em terras devolutas (GUIMARÃES, 1999, p. 217 e 218). De acordo com Bittar (2009, p. 67), “Em 1915, o governo garantiu o fim do monopólio, abrindo nova era à região dos ervais, permeabilizando-a a penetração dos pequenos proprietários”.

A borracha, por sua vez, era o principal produto de exportação do Estado de Mato Grosso, pois desde 1903 até 1911 foi vendido aos mercados internacionais em média de um milhão e meio de quilogramas por ano (MATO GROSSO, 1913).

O desenvolvimento da pecuária se destacou entre as principais atividades de Mato Grosso no referido período devido aos grandes campos de pastagens que favoreciam para tal atividade, mas os lucros ainda eram pequenos devido à venda do animal em pé aos grandes centros comerciais (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) (JACOMELI, 1998).

O processo político em Mato Grosso, no início da Primeira República (1889-1930), conforme Bittar (2009, p. 81) não difere muito do que acontecia nos demais estados da federação, pois se percebe a hegemonia de certos grupos familiares.

A educação no Brasil e em Mato Grosso na Era Vargas

Na análise de Ianni (1986, p. 26), nos anos de 1930 a 1945, percebe-se no governo brasileiro, sob a presidência de Getúlio Vargas, outro momento “nas relações entre o Estado e o sistema político-econômico”, pois ele adotou medidas econômicas diferentes das que havia herdado, repensou as instituições e estabeleceu reformas, inclusive, educacionais.

É oportuno não esquecer que nesse período, mais especificamente, em março de 1932 a Associação Brasileira de Educação divulgou o “Manifesto dos Pioneiros pela Escola Nova”, tendo como redator Fernando de Azevedo. Este documento, direcionado ao povo e aos governantes, exigia a reconstrução da educação nacional, baseado nos princípios da laicidade, da gratuidade, da obrigatoriedade e da co-educação. É importante lembrar também que reformou-se a Constituição no Brasil por duas vezes, ou seja, em 1934 e em 1937.

Segundo Rocha (2001, p. 126) “Apesar dos renovadores conseguirem finalmente aprovar na Constituição [de 1934] o direito à educação, ele sai suficientemente mutilado para que nada obrigue o Estado a um investimento maciço em educação pública”. A Constituição de 1937, por sua vez, “além de tornar explícito o caráter complementar da ação educacional do Estado, sequer estabelecia o princípio do direito à educação”, destaca Xavier (1990, p. 137).

Ao longo desse período, na área educacional foram elaborados os Decretos nº 19.890 (1931) e nº 21.241 (1932)⁷, na gestão do ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Luís da Silva Campos (1930 – 1932). Souza (2008, p.147) afirma que a reforma empreendida “[...] sinalizou os rumos da ação do Estado na tentativa de constituição de um sistema nacional de educação pautado nos princípios da racionalidade e uniformização”.

Cabe argumentar, de acordo com Brito (2001, p. 350), se a Reforma Francisco Campos criou condições para organizar um sistema de ensino nacional, foi a Reforma Capanema que levou isso adiante. Sendo assim, a segunda reforma educacional no período do Governo Vargas, por sua vez, foi apresentada pelo ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema Filho (1934 – 1945), que se constituiu de uma série de reformas parciais, as chamadas Leis Orgânicas do Ensino⁸.

⁷ Estes decretos fazem parte de uma série de decretos aprovados, são eles: Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931 de 1930: cria o Conselho Nacional de Educação; Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário; Decreto nº 19.852 de 18 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino secundário; Decreto 20. 158 de 30 de junho de 1931 e o Decreto nº 21. 241 de 04 de abril de 1932: Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências (ROMANELLI, 1999, p. 131).

⁸ Formadas pelos seguintes Decretos: Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942: Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; Decreto-lei 4.244, de 09 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto-lei

É importante lembrar que Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil depois de ajudar a depor o Presidente Washington Luís Pereira de Sousa (1926 – 1930). Vargas instalou o Governo provisório de 1930 a 1934, suspendeu a Constituição em vigor (1891) fechou o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas Estaduais e a Câmaras Municipais. Para os governos estaduais foram nomeadas pessoas de sua inteira confiança, em geral tenentes, denominados de interventores (FAUSTO, 2008, p. 335).

Mas o Presidente Vargas vai se manter como chefe do governo central brasileiro sendo eleito indiretamente pela Assembleia Nacional para exercer mandato até 1938. Antes de terminar o seu mandato, Getúlio Vargas instalou, no ano de 1937, o conhecido Estado Novo, prolongando o seu governo até 1945 (FAUSTO, 2008, p. 364 e 365).

Foi neste contexto que o Estado de Mato Grosso organizou as suas leis educacionais. Cabe lembrar, contudo, que desde o período imperial o governo central delegara para as províncias a responsabilidade de sistematizar a educação.

Já a educação no estado de Mato Grosso apresentava, no ano de 1933, na Presidência de Leônidas Antero de Matos (1932–1934), os seguintes números de estabelecimentos: primários (327), sendo que estes eram muito superiores aos dos estabelecimentos secundários (7). Da mesma forma, percebe-se que o número de concluintes do ensino primário (2.774) é maior em relação aos do ensino secundário (85).

Em 1937, as três cidades líderes (Cuiabá (capital), Corumbá e Campo Grande) respondiam por 36,0% do total de estabelecimentos de ensino primário existentes no estado, tanto públicos como particulares. Já em 1939, este percentual elevou-se para 38,7%. Destaca-se “[...] a participação de Campo Grande, que teve um crescimento de 48,6% no número total de estabelecimentos primários, entre estes anos, denotando o florescimento deste centro populacional como pólo aglutinador da região Sul do estado” (BRITO, 2001, p. 90)

6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto-lei 8.529 de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto-lei 8.530 de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal; Decretos-lei 8.621 e 8.622 de 10 de janeiro de 1946: Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e Decreto-lei 9.613 de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola (ROMANELLI, 1999, p. 140).

Na década de 1940, o interventor federal Julio Strübing Müller (1937 – 1945)⁹, por meio do Decreto nº 53, de 18 de abril de 1941, criou 100 escolas de instrução primária, principalmente nos centros rurais do estado. De acordo com Gonçalves (2009, p. 98) infere-se que a criação das escolas rurais deve-se ao fato de que a população, nesse período, vivia em sua maioria no campo.

Conforme Britto (2001, p. 74-75) no período de 1920 a 1940, no estado de Mato Grosso

[...] houve um aumento de 75,0 da população mato-grossense, da mesma forma que aconteceu um crescimento de 34,6% na faixa de idade entre 5 e 14 anos e de 173,9% no número de pessoas freqüentando a escola primária, nesse mesmo intervalo etário nos 20 anos considerados. Além disso, a população escolarizável, que perfazia 26,6% da população total de Mato Grosso em 1920, chegava a 20,4% em 1940, enquanto a população escolarizada totalizava 3,8% e 6,0%, em 1920 e 1940, respectivamente, em relação a população total.

Considerando ainda estes mesmos dados, em 1920, 14,4% da população escolarizável, ou seja, da população com idades variando entre 5 e 14 anos, estava freqüentando a escola primária, pública e particular, em Mato Grosso. Já em 1940, o atendimento registrou 29,3% da população escolarizável recebendo instrução elementar.

A autora acentua, porém, no que se refere ao ensino médio (secundário, normal e comercial), no mesmo período, contava ainda com um número mais reduzido de estabelecimentos, distribuídos principalmente em três municípios: Cuiabá, Campo Grande¹⁰ e Corumbá¹¹. Acrescenta que “Se a demanda e o investimento existentes em relação ao ensino primário já eram limitados pelas características econômico-sociais do estado, tanto mais o eram estas outras modalidades de ensino, para as quais concorria parcela bastante reduzida de alunos egressos da escola primária”. (BRITO, 2001, p. 75).

É relevante lembrar que o Presidente Vargas nomeou interventores e o estado de Mato Grosso foi governado por nove deles. O primeiro interventor de Mato Grosso foi o Major Sebastião Rabelo Leite, este foi substituído pelo Coronel Antonio Mena Gonçalves que permaneceu no governo por menos de seis meses. Segundo Marcílio (1963, p. 16). “Artur Antunes Maciel, Leônidas Antero de Matos, Cezar de Mesquita

⁹ Assumi na função de interventor do estado de Mato Grosso no período de 24/11/1937 a 08/11/1945, com o golpe de Estado de 1937, instaurado na gestão do presidente Getúlio Vargas (1930-1945).

¹⁰ O primeiro estabelecimento de ensino secundário público em Campo Grande foi criado somente em 1939 (BITTAR; FERREIRA, 1999, p. 178).

¹¹ Em 1937 o governo estadual encampa o Ginásio Municipal Maria Leite, situado em Corumbá pela Lei nº 27, de 29 de outubro (BRITO, 2001, p. 75).

Cerva, Fenelon Muller e o general Newton Calvacante, constituem a sucessão de outros interventores”. Com a saída de Getúlio Vargas da presidência do Brasil os Estados Federados puderam eleger de forma direta os seus governadores. No caso do Estado de Mato Grosso foi eleito Mário Corrêa da Costa (MARCÍLIO, 1963, p. 16).

Sendo assim, foi no contexto da Segunda República (1930 a 1945) que o governo federal criou o Território Federal de Ponta Porã – TFPP (1943 a 1946), com o qual pretendia ocupar a região de fronteira, sendo a educação vista como um dos elementos a serem utilizados nessa direção. Justificava-se, dessa forma, expandir os estabelecimentos de ensino na região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

A educação na fronteira Brasil/Paraguai

É importante, inicialmente, destacar que a região, que atualmente é a fronteira do Brasil com o Paraguai, foi palco de disputas desde o período de colonização. Foi neste período, mais especificamente no século XVII (GRESSLER E SWENSSON, 1988, p. 7) que os bandeirantes em busca de força de trabalho começaram a “dirigirem-se para as regiões Sul e Centro Oeste do Brasil” expandindo o território português, mas tiveram vários confrontos com os espanhóis que já haviam estabelecidos cidades¹² e reduções, ou seja, são as primeiras disputas – pós Tratado de Tordesilhas – entre Portugal e Espanha pelos territórios que ainda não tinham sido povoados. As referidas disputas resultaram em novos acordos no século seguinte, isto é, o Tratado de Madri (1750)¹³ e o Tratado de Santo Ildefonso (1777)¹⁴.

Ainda neste contexto cabe lembrar que o Marquês de Pombal instituiu medidas para fixar as fronteiras e manter a unidade do território brasileiro, algumas delas são: levantamentos cartográficos; formação de comissões de limites; criação da Capitania São José do Rio Negro (Amazonas); criação das Companhias Gerais do Grão Pará e Maranhão, do Pernambuco e da Paraíba; abertura de caminhos para o comércio;

¹² Os jesuítas nestas novas unidades administrativas fundavam colégios, seminários e casas de retiros, por exemplo, para ensinar os filhos de espanhóis (Gressler e Swensson, 1988, p. 4).

¹³ O Tratado de Madri concretizou um novo acordo de limites entre Portugal e Espanha, pois o Tratado de Tordesilhas a muito tempo não estava sendo respeitado por ambas as partes. Sendo assim, em Madri na capital espanhola, D. João V de Portugal e D. Fernando VI da Espanha, em 13 de Janeiro de 1750, definiram os novos limites das respectivas colônias sul-americanas.

¹⁴ Tratado de Santo Ildefonso foi intermediado pela Inglaterra e pela França. O acordo foi assinado em 1 de outubro de 1777 na cidade espanhola de San Ildefonso. Este documento de modo geral foi uma ratificação, pela Rainha de Portugal (Dona Maria I) e pelo rei da Espanha (Carlos III), do Tratado de Madri.

recenseamentos; criação de tropas regulares, vilas, comarcas, ouvidorias e fortalezas (FAUSTO, 2008, p. 109 a 112; FLEXOR, 2004, p. 2).

Mais especificamente sobre a criação de Territórios administrados pelo governo central, já no período imperial, destaca-se o que salienta Porto (1999, p. 1): “A idéia da criação de territórios no Brasil, já havia sido discutida desde a época da constituinte de 1824”. Segundo este autor, sugeriu-se que as províncias menos prósperas fossem elevadas “à condição de território com organização especial que preparassem para elevação futura à condição provincial”.

No entanto os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã¹⁵ e do Iguassú só foram implantados pelo Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, no período republicano, mais especificamente na Era Vargas. Os objetivos dos Territórios podem ser resumidos em: defesa nacional, povoar as regiões de fronteira do Brasil com o Paraguai, Argentina e Bolívia. Medeiros (1946, p. 230), expressando o projeto estratégico do governo central, além de ratificar a informação anterior acrescenta que os territórios favoreceram o fortalecimento do processo político e econômico de integração no Brasil.

O ex-governador do Território Federal de Ponta Porã (TFPP), José Alves de Albuquerque¹⁶, por sua vez, diz o seguinte:

Colonizar o País, apossar-se da imensa porção de solo pátrio que jaz abandonada, improdutiva, desnacionalizada, in natura, é dever precípua do Governo Central, autoridade máxima na execução das leis, e estas, elaboradas sob a imperiosa necessidade de dar ao executivo possibilidades de ação, devem arrimar-se no bem estar coletivo, pondo por terra, e uma vez para sempre, o regionalismo doentio, que inúmeros males tem causado ao progresso ascensional da Nação. Já é tempo de sairmos do litoral onde temos estado como os carangueijos, a esgravatar o solo árido da orla marítima, costas voltadas ao interior, indiscutivelmente o empório das reservas econômicas nacionais (RELATÓRIO TFPP, 1946, p. 7).

O referido ex-governador salienta, ainda, que a criação dos “Territórios representam, não há [de] negar, ao longo das fronteiras, fator indiscutível de nacionalização, de civilização, enfim” (RELATÓRIO TFPP, 1946, p. 7). Ele expressa, também, a ideia de que a mentalidade do “homem da fronteira” não estava compatível

¹⁵ Medeiros (1946) afirma que a composição do TFPP foi a mais privilegiada, porque estava “entre duas circulações fluviais [Rio Paraná e Rio Paraguai] sem dúvida alguma muito importante e que tem sido o caminho principal de escoamento dos produtos do sul de Mato Grosso” (p. 237).

¹⁶ Último Governador do Território Federal de Ponta Porã.

com os interesses nacionais, até porque estes indivíduos não sentiam os benefícios das cobranças dos impostos. Sendo assim a mentalidade dos fronteiriços

vem sendo trabalhada, gradativamente, metódica e ininterruptamente nos Territórios, com a assistência médica, garantia individual, segurança de seus bens e, o mais importante, fator primordial na formação do indivíduo para que tenha noção da Pátria na acepção do termo – o ensino, distribuído indistintamente, inclusive com todo o material escolar, gratuitamente fornecido às crianças. Esse aliás, o ponto de capital interesse para a nacionalização da linha de fronteira e não poderia deixar de ser focalizada, como medida indispensável na formação de mentalidade nacional naqueles ínvios sertões, onde o homem, herói anônimo de muitas batalhas com o meio em que vive, é bem a sentinela avançada da Pátria, abandonado embora, pela língua, os limites de nosso País, mas alheio ao coletivismo, à reunião de todos os esforços individuais, de que resultaria maior vitalidade à região, em uma palavra – sua nacionalização (RELATÓRIO TFPP, 1946, p. 7).

Sobre a educação é importante dizer, parafraseando-se as palavras do administrador Albuquerque em seu relatório de 1946, que todos os administradores do TFPP priorizaram-na. Este acrescenta ainda que a educação era “Fator básico na formação da mentalidade de um povo, cadinho onde se plasma o alicerce moral, intelectual, social e econômico do país [...]” (RELATÓRIO TFPP, 1946, p. 25). O citado governador evidencia também que o analfabetismo deve ser combatido com veemência pelo governo federal, ao passo que reconhece que foi preciso, especialmente no interior do TFPP, “adotar as formas mais intensas e variadas de como ensinar” (RELATÓRIO TFPP, 1946, p. 25).

Cabe apresentar o quantitativo de instituições, segundo Albuquerque (RELATÓRIO TFPP, 1946, p. 25), até a criação do TFPP, isto é, até setembro de 1946. Sendo assim ele aponta que antes do desmembramento da nova unidade federativa, ou seja, da criação do Território Federal de Ponta Porã – TFPP, Mato Grosso contava apenas com 52 escolas de ensino primário e/ou secundária, sendo que 28 eram mantidas pelo governo do estado e 24 estavam sobre tutela dos governos municipais¹⁷. Infere-se que na região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai estas escolas seguiam a características de estabelecimentos isolados, pois existia somente o Grupo Escolar de

¹⁷ É relevante dizer que as 52 instituições citadas acima passaram a ser mantidas pelos recursos do TFPP, entre os anos de 1943 a 1946, ou seja, os governos municipais não precisavam financiar a educação (RELATÓRIO TFPP, 1946, p. 26).

Ponta Porã (Grupo Escolar Mendes Gonçalves), que foi construído pela Empresa Mate Laranjeira¹⁸.

O ex-governador José Albuquerque (RELATÓRIO TFPP, 1946, p. 26) destaca ainda que apenas 12,0% da população em idade escolarizável estava sendo atendida, pois das 16.000 crianças, no máximo 1.800 estavam “frequentando” a escola. O administrador citado argumenta também que as instalações das escolas eram precárias, sem contar que o material escolar e as carteiras adequadas eram privilégios de poucos.

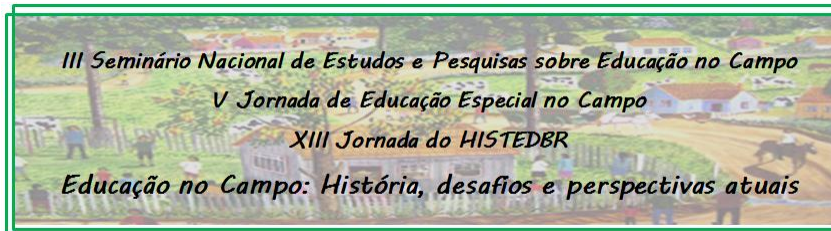
Os administradores do TFPP, intencionando resolver os problemas enfrentados pela Diretoria de Educação de Mato Grosso, reorganizaram a educação na região de fronteira do Brasil com o Paraguai. Sendo assim no referido Território, sem demora, criou-se quatro inspetorias escolares, seguindo as características da organização escolar do Estado de São Paulo: a primeira, a de Ponta Porã; a segunda, a de Maracaju/Dourados; a terceira, a de Nioaque/Miranda; e a quarta, a de Bela Vista/Porto Murtinho. No entanto, com a expansão educacional, principalmente da primeira inspetoria, percebeu-se a necessidade de criar uma quinta unidade administrativa, isto é, a de Amambai, com vistas a atender a zona sul do então município de Ponta Porã. Com os inspetores em campo,

Iniciou-se então, serviço de vulto pela campanha, onde os inspetores orientavam os professores com o máximo carinho na execução do programa didático, feitura do diário escolar, escrituração dos livros de matrícula, frequência e trabalhos realizados, planos de aulas, boletins mensais, comemorações cívicas, cerimônia de hasteamento do pavilhão nacional, lições de cousas, etc. (RELATÓRIO TFPP, 1946, p. 29).

A partir dos relatórios dos inspetores foi possível planejar a criação de estabelecimentos de ensino primário para atender os locais na qual existia crianças em idade escolar. Cabe dizer que, pelas características do povoamento do Mato Grosso, encontrava-se a população muito dispersa, sendo comum a presença de grandes áreas de terras desocupadas entre as famílias (RELATÓRIO TFPP, 1946, p. 29).

Desta forma, o consenso entre os inspetores foi o de criar escolas isoladas rurais onde se encontrava núcleos de população mais ou menos densos. Segundo Albuquerque (1946, p. 30) “nos anos de 1945 e 1946, foram criadas 139 dessas escolas [isoladas

¹⁸ A Companhia Matte Laranjeira foi uma empresa que surgiu de uma concessão imperial ao comerciante Thomaz Laranjeira, por serviços prestados na Guerra do Paraguai. A referida empresa atuou na exploração de erva-mate no sul do Mato Grosso (LINHARES, 1969).



rurais], nas pequenas povoações onde a estatística acusava mais de 25 crianças em idade escolar”.

Os inspetores propuseram para as áreas de extração de erva-mate a implantação de escolas-ambulantes,

ou melhor, itinerantes, que percorressem o Território campanha a fora, estacionando para efetuarem cursos intensivos de 4 a 6 meses em cada erval onde houvesse número suficiente de crianças em idade escolar. Nômade, como consequência de seu mistér, o ervateiro se desloca, anualmente, de um erval para outro e, assim, a escola estaria ora em um, ora em outro ponto, seguindo as pégadas do sertanejo (ALBUQUERQUE, 1946, p. 30).

Para os locais em que predominava a pecuária, foi proposta a instalação de escolas-internatos. Os estabelecimentos denominados de escolas itinerantes teriam a colaboração do Ministério da Guerra, já as escolas com característica de internato receberiam contribuições dos fazendeiros. Com a criação de 320 escolas¹⁹, conforme as características acima, intencionava-se atender toda a população escolarizável da zona rural do TFPP satisfatoriamente.

No que diz respeito à implantação de estabelecimentos de ensino na área urbana,

pode o Território dar assistência que foi além de 80%, ministrada em oito grupos com 53 classes, várias escolas isoladas em volta das cidades, principalmente na sede do Govêrno, em Ponta Porã, e diversas escolas particulares, nas sedes dos municípios. No interior, entretanto, apesar de havermos instalado para mais de 112 escolas isoladas, não nos foi possível atender a mais de 35% da população infantil, que necessitava de escolas. Para o ano em curso [1946] havíamos programado, além das escolas ambulantes e escolas-internatos anteriormente referidas, a instalação de mais de 50 unidades primárias rurais, e iríamos suprir de professores as 72 escolas já criadas, mas que não chegaram a ser instaladas, em 1946. Estimando-se as escolas ambulantes em uma dezena e as escolas-internatos em 12 unidades, para início, atenderíamos, pois, no ano corrente, a nunca menos de 5.040 crianças, isto é, mais de 40% da população total em fase escolar no interior, elevando-se a média, para cada escola, a 35 crianças. O “deficit”, pois, ficaria reduzido a pouco mais de 2.800 crianças, perdidas campanha a fora, sem assistência educacional. Para os anos de 1948 e 1949, no entanto, novas investidas seriam levadas a efeito, já então baseadas em dados estatísticos mais positivos [...] E, assim, sem receio de errar, teríamos o Território de Ponta Porã, em 1950, como a primeira unidade da Federação a libertar-se do analfabetismo [...] (RELATÓRIO TFPP, 1946, p. 32 e 33).

¹⁹ Lembrando que a criação de 320 instituições de ensino era a meta dos governadores do TFPP para universalizar o ensino na região.

Por fim é relevante argumentar que nos poucos anos de existência do TFPP, sendo mais específico de 1943 a 1946, ou seja, pouco mais de dois anos a região de fronteira Brasil/Paraguai assistiu a expansão de suas escolas, tanto na zona rural quanto urbana. No entanto o que mais chama a nossa atenção são as instituições ambulantes/itinerantes que foram pensadas e implantadas para atender especificamente um grupo da sociedade do então Sul de Mato Grosso, isto é, os filhos dos ervateiros, que até então não havia sido contemplado, por parte do poder público, com iniciativas dessa natureza.

Referências

- AMARAL, Giana Lange do. **Gatos Pelados x Galinhas Gordas: Desdobramentos da Educação laica e da Educação Católica na cidade de Pelotas (Décadas de 1930 a 1960)**. 2003, 338. Porto Alegre: 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado**. Campo Grande: UFMS, 2009. 2 v.
- BRITO, Silvia Helena Andrade. **Educação e Sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)**. Campinas: 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas.
- CARONE, Edgard. **A República Velha: II – evolução política (1889 – 1930)**. 4.ed. São Paulo: DIFEL, 1983.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. **A “Civilização” dos Índios e a Formação do Território do Brasil**. Salvador, 2004 In: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos>. Acessado em: 10 de Agosto de 2014.
- GONÇALVES, Arlene da Silva. **Os Grupos Escolares no Estado de Mato Grosso como Expressão da Política Pública Educacional: O Grupo Escolar Joaquim Murtinho em Campo Grande, Sul do Estado (1920-1950)**. Campo Grande: 2009. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Católica Dom Bosco.
- GONÇALVES, Arlene da Silva; Regina Tereza Cestari de Oliveira. **Iniciativa de Modernização Escolar em Mato Grosso: Grupos Escolares e formação docente- o sul do estado-(1910-1950)**. Série-Estudos (UCDB), v. 1, p. 171-191, 2008.
- GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados**. [S.l]: L. A. Gressler, 1988. 163 p.
- IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 4.ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- JACOMELI, Mara Regina Martins. **A Instrução Pública Primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891 – 1927**. Campinas: 1998. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Estadual de Campinas.
- LINHARES, Temístocles. **História Econômica do Mato Grosso**. São Paulo: José Olympio Editora, 1969.

MARCÍLIO, Humberto. **História do Ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2.ed. São Paulo: DP&A, 2001.

PÓVOAS, Lenine C. **Cuiabá de Outrora**. Cuiabá: Editora Resenha, 1971.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Tradição e Modernidade na Educação: o Processo Constituinte de 1933-34. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (orgs). **Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso**. Campinas: Autores Associados (SHBE), 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil: A Constituição do Liberalismo em Ideologia Educacional e as Reformas do Ensino (1931 – 1961)**. Campinas: Papirus, 1990.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação: A escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

Documentos

BRASIL. **Decreto de 2 de Dezembro de 1837**. Converte o Seminário de S. Joaquim em collegio de instrução secundaria, com a denominação de Collegio de Pedro II, e outras disposições. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 10 de abril de 2009.

MATO GROSSO, **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques à Assembléia Legislativa** em 13 de maio de 1913, Rio de Janeiro/RJ. Rolo de microfilme nº 060 planilha, fotogr. 51. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB. Cuiabá, 1913.

MATO GROSSO, **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Dom Francisco de Aquino Corrêa à Assembléia Legislativa** em 7 de setembro de 1919, Rio de Janeiro/RJ. Rolo de microfilme nº 060 planilha, fotogr. 32, 34, 35 e 38. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB. Cuiabá, 1919.

RELATÓRIO TFPP. **Relatório do Território Federal de Ponta Porã, já extinto, elaborado pelo governador José Alves de Albuquerque e apresentado ao Presidente da República Getúlio Vargas, no ano de 1947**. Dourados: Centro de Documentação Regional/CDR, 2015.